

Modalidade: Comunicação oral

Subtema: Juventude, Direito e Políticas Públicas

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: SOB OS OLHARES E CUIDADOS INSTITUCIONAIS.

Isabelle Melo Rocha Lima (UVA)
Isabel Silva Bezerra Linhares (UFC)
Erilene Alves de Sousa (INTA)

A recorrente associação entre adolescência e violência, representada, em sua grande maioria, na mera descrição dos delitos por parte dos meios de comunicação de massa, adquire uma grande repercussão que influencia direta ou indiretamente os discursos e práticas sociais. Apesar dos vinte e um anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a execução das medidas socioeducativas (MSE) aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, cuja finalidade é inibir a reincidência através de uma proposta pedagógica, constitui-se ainda num dos grandes desafios às políticas públicas no Brasil. A contribuição que se almeja com este estudo é o enriquecimento do debate em torno das políticas públicas para adolescentes autores de atos infracionais e a sua efetiva operacionalização. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi apreender a visão dos sujeitos que acompanham os jovens na Prestação de Serviço à Comunidade- PSC no cotidiano de duas escolas, bem como o contexto em que são executadas as ações do programa de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Sobral-Ce. A pesquisa qualitativa, exploratória e documental teve para a obtenção dos dados as entrevistas do tipo parcialmente estruturadas, a utilização dos diários de campos oriundos da observação participante, bem como a análise de jornais, revistas e outros documentos que foram relevantes durante a investigação. Através da pesquisa, foi possível constatar que os *outsiders* estão entre a (des)ordem e o discurso institucional, nos quais, na aplicação da PSC, aqueles são reconhecidos por uma estigmatização grupal que os desqualifica de suas qualidades individuais, as quais têm, na representação do trabalho solitário, o reflexo do olhar alheio. A política reconhecida no ECA e reafirmada no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes autores de atos infracionais constitui-se num avanço, se comparada às antigas legislações para a infância, mas o abismo entre a lei e a sua aplicabilidade na experiência aqui investigada revela um quadro de continuidades do caráter “desviante” e da “situação irregular” dos códigos anteriores. A cultura gestada na institucionalização dos desviantes coloca um desafio às políticas públicas voltadas para os adolescentes infratores, em cuja execução a sociedade dos estabelecidos também fragmenta, tal como as políticas, a inclusão e a “ressocialização” do infrator no espaço, privando-os de uma possível “mistura” com a massa que os reconhece por uma identidade coletiva.

Palavras Chaves: Adolescente. Medidas Socioeducativas. Instituição